



Trabalhador poderá usar FGTS como garantia para consignado

Expectativa com a medida aprovada ontem em Plenário é reduzir os juros nesse tipo de operação para quem trabalha na iniciativa privada

A proposta permite que o trabalhador use até 10% do saldo individual da conta do FGTS e até 100% da multa paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa como garantia para obter o empréstimo. As taxas de juros médias do consignado ficam em torno de 40% ao ano no setor privado, contra 25% a 30% no serviço público. Texto relatado pelo senador Benedito de Lira segue agora para promulgação. **3**

Plenário durante a última sessão deliberativa do semestre, quando foi aprovada a MP do consignado



Jonis Pereira/Agência Senado

Pena para roubo de animais de corte pode aumentar **7**

Embaixadores no Gabão e na Noruega são escolhidos **3**

Debate sobre agência reguladora fica para agosto **5**

Avança reajuste salarial de defensor público da União **3**

Governo confirma duplicação de rodovia federal **5**

Texto impede que governante crie despesa para sucessor

Gerardo Magalhães/Agência Senado



A Comissão Especial do Pacto Federativo aprovou ontem um projeto que proíbe presidente, governador e prefeito de concederem aumentos salariais ao funcionalismo público quando a entrada em vigor ficar para o mandato seguinte. Na opinião do autor do projeto, Ricardo Ferraço, a mudança impedirá que governantes façam “piquenique na sombra alheia”. **4**

O autor do projeto, Ricardo Ferraço, conversa com o presidente da comissão, Fernando Bezerra Coelho

Relatório sobre LDO de 2017 deve ser votado em comissão, sem CPMF

Pedro França/Agência Senado



Wellington pediu ao governo que exclua CPMF da previsão de receita

O relatório final de Wellington Fagundes sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017 deve ser votado hoje na Comissão Mista de Orçamento, em reunião extraordinária. Segundo Wellington, o Ministério do Planejamento vai retirar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira da previsão de receitas, por não haver clima no Congresso para recriar a CPMF este ano, projeto em análise na Câmara. **8**

Desvinculação de Receitas da União deve ser retomada

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até o final de 2023 e estendeu o mecanismo a estados e municípios. A proposta, que vai ao Plenário, permite ao governo realocar 30% das receitas obtidas com taxas e contribuições, hoje com aplicação específica. **7**

Segundo o relator, José Maranhão, recursos para a saúde e o ensino não serão afetados



Pedro França/Agência Senado

Projeto proíbe congelamento de repasses federais

A Comissão do Pacto Federativo aprovou ontem projeto que proíbe contingenciamento de recursos devidos pela União a estados e municípios. A atual legislação não veda expressamente essa conduta, fazendo com que a União não repasse a maior parte dos recursos a que os estados e os municípios têm direito a título de ressarcimento. O projeto agora vai ao Plenário, em regime de urgência. **4**

Regras de audiência de custódia passam em primeiro turno

Projeto que regulamenta a prática das audiências de custódia foi aprovado ontem pelo Plenário, mas ainda precisará ser apreciado em turno suplementar, o que acontecerá a partir de agosto.

A proposta, que altera o Código de Processo Penal, estabelece ainda que o preso terá direito a exame de corpo de delito e a depor na presença do advogado ou de membro do Ministério Público. **3**

Escolhidos presidentes de comissões de quatro MPs

Medidas provisórias em análise tratam de recursos para as Olimpíadas, redução do custo de subsídios na geração de energia, cooperação federativa na área da segurança pública e benefícios da Previdência

A MEDIDA PROVISÓRIA que concede apoio financeiro de R\$ 2,9 bilhões da União ao governo do estado do Rio de Janeiro, para auxílio nas despesas com os Jogos Olímpicos, será presidida pela deputada federal Rosângela Gomes (PRB-RJ). O relator da medida provisória (MP 734/2016) será o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

Já a comissão mista responsável pela MP 735/2016 será presidida pelo senador Hélio José (PMDB-DF). O relatório deverá ser elaborado pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). A medida provisória alterou cinco leis do setor elétrico brasileiro para diminuir os custos da União com subsídios pagos para a geração de energia e preparar o mercado para a redução da presença estatal. Aleluia adiantou que a comissão ouvirá representantes do setor elétrico para instruir a questão.

Também ontem foram instaladas mais duas comissões



Hélio José presidirá comissão que analisa mudanças em leis do setor elétrico

mistas de MPs editadas pelo presidente interino Michel Temer. A comissão da MP 737/2016, que trata da cooperação federativa no âmbito da segurança pública, será presidida pela deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ).

Para presidir a comissão mista da MP 739/2016, foi elei-

to o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). A medida provisória trata dos planos de benefícios da Previdência Social.

Após análise das comissões mistas, as medidas provisórias ainda terão de ser aprovadas pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Seguro rural é discutido em audiência pública hoje

A política de seguro rural no Brasil será discutida hoje, às 8h, em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A ideia é ouvir produtores rurais e representantes do setor de seguros sobre problemas e sugestões para a reestruturação do setor.

A audiência faz parte da avaliação de políticas públicas que as comissões fazem desde 2013, quando foi aprovada a Resolução 44 do Senado. A norma determina que cada comissão eleja anualmente uma política do Executivo para acompanhar. O seguro rural é a política avaliada pela CRA.

Foram convidadas a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização e a Federação Nacional das Empresas de Resseguros.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Paulo Paim lamenta morte da ex-ministra Luiza Helena Bairros

Paulo Paim (PT-RS) ocupou a tribuna na noite de terça-feira para apresentar voto de pesar pela morte da ex-ministra da Igualdade Racial Luiza Helena de Bairros. Ela morreu de câncer, aos 63 anos. O senador destacou que Luiza trabalhou ativamente nas causas sociais, com destaque na questão racial.

— Ela trabalhava muito e deixou reflexões fundamentais para a igualdade de gênero e de raça. Uma grande perda para o país — lamentou.

Paim fez ainda uma defesa da valorização da carreira dos defensores públicos. O projeto que aumenta a remuneração dos defensores (PLC 32/2016) está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ferraço lembra 100 anos da Convenção Batista no Espírito Santo

Em discurso, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) homenageou a Convenção Batista, que completa nesta semana 100 anos no Espírito Santo. Para o senador, é a comemoração de um século de trabalho evangelizador e de dedicação ao desenvolvimento social e espiritual do estado.

— Sua caminhada é uma caminhada vitoriosa e merece não apenas nosso aplauso, mas também nosso reconhecimento e nossa gratidão — afirmou.

O senador lembrou a chegada ao Espírito Santo, em 1894, do agrimensor Francisco José da Silva, conhecido como Chiquinho. Nas horas vagas, Chiquinho fazia trabalhos de evangelização. Hoje, diz Ferraço, a igreja tem 900 templos e cerca de 90 mil integrantes no estado.

Raupp comemora sucesso da criação de peixes em Rondônia

A atividade de piscicultura (criação de peixes em água doce, salobra ou marinha) vem crescendo de maneira significativa em Rondônia nos últimos anos, comemorou Valdir Raupp (PMDB-RO).

Ele elogiou reportagem do programa *Globo Rural*, da TV Globo, que mostrou que a atividade é a que mais cresce no estado, com aumento de 400% de 2010 a 2015. De acordo com dados do IBGE, disse, Rondônia é o terceiro maior produtor de peixes em cativeiro do país. Além das condições naturais favoráveis, o estado tem legislação estadual que facilita e incentiva a piscicultura.

— Rondônia não se deixou abater pela crise — pontuou.



Ano Volpe/Agência Senado

Análise do projeto da nova Lei de Licitações continuará em agosto

AGENDA BRASIL

Modernização da Lei de Licitações e Contratos.

Senadores terão pelo menos mais um mês para discutir o projeto de modernização da Lei de Licitações e Contratos, antes que seja colocado em votação pela Comissão de Desenvolvimento Nacional. O relatório de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ao projeto foi lido ontem e, em seguida, foi concedida vista coletiva do texto.

A decisão de conceder um prazo maior para a análise se deu após uma conversa entre o relator e Kátia Abreu (PMDB-TO). Ela foi a relatora do texto (PLS 559/2013) na Comissão Temporária de

A ideia é apresentar os pontos convergentes dos dois relatórios e destacar os pontos em que o senador fez modificações com relação ao texto de Kátia Abreu para facilitar a análise.

Segundo Bezerra, o relatório não é uma simples consolidação das leis que já existem sobre licitação, pregão e Regime Diferenciado de Contratações Públicas. O senador citou algumas mudanças propostas, como a readequação do sistema de garantias com autorização para que o poder público exija contratação de seguro com cláusula de retomada.

Viana pede liberação de recursos para o Acre enfrentar a estiagem

Jorge Viana (PT-AC) pediu ao governo federal a liberação de R\$ 5 milhões para o governo do



Moreira Manz/Agência Senado

Acre. Os recursos serão usados em um sistema emergencial para manter a captação de água do Rio Acre, garantindo o abastecimento de Rio Branco e entorno, explicou. O senador disse que a região está em situação de emergência por conta da seca e do nível do rio, o mais baixo já atingido.

— O problema é que a seca máxima naquela região se dá em julho e agosto, com pico em setembro. Então, como vai estar o Rio Acre em setembro?

Ele disse que a solicitação de recursos emergenciais já foi encaminhada ao Ministério da Integração Nacional.

Reguffe cobra escola de ensino médio na Cidade Estrutural

Reguffe (sem partido-DF) cobrou do governo do Distrito Federal a construção de uma escola



Moreira Manz/Agência Senado

de ensino médio na Cidade Estrutural, nas proximidades de Brasília. O senador disse que apresentou emendas ao Orçamento para a construção de escolas em tempo integral.

Mil estudantes de ensino médio moram na Estrutural, mas são obrigados a estudar em outras regiões, como Guará e Cruzeiro. Eles também são prejudicados com cortes no transporte escolar, disse:

— Os que estudam no Guará ainda têm o transporte escolar, mas existe uma ameaça de retirar esse transporte. Já quem estuda no Cruzeiro não tem transporte.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRA Seguro rural

8h A Comissão de Agricultura faz audiência pública interativa para discutir a política de seguro rural. Estão convidados representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e das Federações Nacionais das Empresas de Seguros Privados e das Empresas de Resseguros.

ORÇAMENTO Ministro da Saúde

10h Reunião deliberativa extraordinária sobre a LDO de 2017. Às 11h, audiência pública com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, que fala sobre relatório de prestação de contas do Sistema Único de Saúde (SUS).

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Senado aprova uso do FGTS como garantia para crédito consignado

Medida provisória permite ao trabalhador usar 10% do FGTS como garantia do empréstimo, o que deve reduzir a cobrança de juros nesse tipo de operação

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória que permite o uso de parte dos recursos da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da multa rescisória como garantia de empréstimo consignado por trabalhadores da iniciativa privada. O texto, relatado pelo senador Benedito de Lira (PP-AL), segue para a promulgação.

A garantia prevista na MP 719/2016 poderá ser sobre até 10% do saldo individual da conta e sobre até 100% da multa paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa, despedida por culpa recíproca ou força maior.

As taxas de juros médias do crédito consignado estão entre 25% e 30% ao ano no setor público e para os aposentados. No setor privado, no entanto, as taxas ficam em torno de 41%. Com o novo tipo de garantia, o objetivo é reduzir a cobrança de juros, explicou o senador



Plenário vota a MP, que também trata de indenização em acidente com barco e uso de imóvel para pagar dívida com União

Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele lembrou que a medida foi editada no governo da presidente afastada, Dilma Rousseff.

A MP determina que o Conselho Curador do FGTS defina o número máximo de parcelas e a taxa mínima mensal de juros a ser cobrada pelas instituições nas operações de crédito consignado. A Caixa deve determinar os procedimentos operacionais necessários.

Indenizações

A MP também trata da reformulação do pagamento de indenizações para acidentes com embarcações que não pagaram o seguro obrigatório

ou que não foram identificadas no sinistro. A indenização por morte ou por invalidez permanente ou as despesas de assistência médica, de acordo com o texto, serão pagas por um fundo privado a ser constituído e administrado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., empresa estatal que garante outros seguros, como os de exportações.

A possibilidade de dar imóveis como pagamento de dívidas perante a União também é regulada pela MP, que altera artigo da Lei 13.259/2016. A ação em pagamento de imóveis, a critério do credor, já está pre-

vista no Código Tributário Nacional (CTN). A lei modificada prevê uma avaliação judicial do bem, e a MP reforça que esses imóveis devem estar livres de ônus e que o contribuinte terá de desistir de ações nas quais discuta o débito.

As micros e as pequenas empresas participantes do Simples não terão direito ao pagamento com imóveis, pois o regime implica a aglutinação de impostos federais, estaduais e municipais em um único valor e seria mais difícil para a União se desfazer do imóvel para repassar valores aos outros entes federados.

(Com Agência Câmara)

Regulamentação de audiência de custódia passa em primeiro turno

O Plenário do Senado aprovou o projeto que regulamenta a prática das audiências de custódia e estipula prazo máximo de 24 horas para que um preso em flagrante seja levado diante de um juiz. O PLS 554/2011 ainda precisará ser apreciado em turno suplementar, o que acontecerá a partir de agosto.

A proposta, que altera o Código de Processo Penal, estabelece que o preso terá direito a fazer exame de corpo de delito e a depor na presença do advogado ou de membro do Ministério Público ou da

Defensoria Pública.

A autoridade judiciária deverá se informar se o Ministério Público vai requerer a prisão preventiva ou outra medida cautelar alternativa à detenção.

O autor da proposta, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), destacou que a prática tira pressão da população carcerária brasileira, a quarta maior do mundo. Waldemir Moka (PMDB-MS) e Simone Tebet (PMDB-MS) disseram que o projeto precisa de aperfeiçoamento, mas concordaram em debater as mudanças no turno suplementar de votação.

Brasil tem novos embaixadores na Noruega, no Gabão e na OMC

Os nomes dos embaixadores do Brasil na Noruega, George Prata, e no Gabão, Appio Acquarone Filho, foram aprovados ontem pelo Plenário. Os senadores também aprovaram a indicação de Evandro Didonet para delegado permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Prata disse que o Brasil é o terceiro maior destino de investimentos de empresas norueguesas em todo o mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a União Europeia.

Já Acquarone Filho disse que o Gabão tem o maior produto interno bruto per capita do continente africano e crescimento médio de 4,2% nos últimos quatro anos.

Sobre a OMC, Didonet deixou claro que sua atuação na entidade será pautada pela busca do interesse nacional independentemente da forma em que se derem as negociações. O diplomata reforçou que esse enfoque, "flexível e marcado pelo pragmatismo", tem produzido ganhos concretos visando a uma maior inserção das exportações brasileiras.

GRUPO VAI INCENTIVAR RELAÇÕES BRASIL-INDONÉSIA

O Senado aprovou ontem a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia (PRS 21/2014). A proposta, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), busca incentivar as relações bilaterais entre os Legislativos dos dois países. Qualquer deputado ou senador poderá aderir ao grupo.

A cooperação será feita por meio de visitas parlamentares, congressos e seminários e partilha de estudos de natureza política, jurídica e social. Vanessa destaca que a Indonésia pode ser, além de um grande mercado consumidor, um rico parceiro cultural para o Brasil.

SENADO CRIA PRÊMIO PARA JOVENS EMPREENDEDORES

O Senado aprovou a criação do Prêmio Jovem Empreendedor, que será concedido anualmente a cinco estudantes e jovens empreendedores e a uma entidade que tenha se destacado no âmbito da iniciativa privada ou por trabalho de empreendedorismo. A criação é prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 14/2014, de José Agripino (DEM-RN).

As indicações serão feitas pelos senadores e a decisão será do Conselho do Prêmio Jovem Empreendedor, com representantes de cada partido com assento no Senado, em mandato de dois anos.

NOVAS REGRAS PARA O PROJETO JOVEM SENADOR

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução que faz mudanças no Programa Senado Jovem Brasileiro, que engloba o Projeto Jovem Senador e o Concurso de Redação do Senado. O PRS 40/2016 vai à promulgação. A principal alteração é a que aumenta de três para quatro dias a duração da legislatura dos jovens senadores, quando os estudantes simulam atividades do mandato parlamentar. O texto deixa claro quais setores da Casa são responsáveis pelo programa e aumenta de cinco para seis os integrantes da comissão julgadora das redações.

RENAN ARQUIVA PEDIDO DE IMPEACHMENT DE TOFFOLI

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ao Plenário que arquivou pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli. Conforme o pedido, o ministro teria infringido a lei ao julgar ações em que o Banco Mercantil era parte, quando deveria ter-se declarado suspeito, uma vez que havia contraído empréstimo com a instituição em 2011.

Renan seguiu a orientação da área jurídica do Senado, que entendeu que o pedido não tem os requisitos necessários do ponto de vista legal.

Reajuste salarial de defensores públicos vai para o Plenário

O projeto que concede reajuste salarial para as carreiras da Defensoria Pública da União será votado no Plenário no início de agosto. O PLC 32/2016 foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e chegou a constar da pauta do Plenário, mas os senadores preferiram adiar a votação final.

O projeto estipula que o defensor público-geral federal, chefe do órgão, receberá um aumento de 8,6% (dos atuais

R\$ 31.091 para R\$ 33.783). O valor final será atingido em 2018, com quatro reajustes escalonados.

Os defensores públicos receberão aumentos que oscilarão de 42,4% a 67%. O valor final para os três níveis de carreira também entrará em vigor em 2018.

Na CCJ, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) questionou a conveniência do aumento, diante da crise fiscal do país. Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou voto contrário a

todo tipo de reajuste no setor público, neste momento de crise econômica.

No Plenário, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou o projeto e apontou que o impacto financeiro do aumento é menor do que o de outras categorias. Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o reajuste é uma forma de fazer justiça com a categoria. Paulo Paim (PT-RS) concordou:

— Os defensores públicos defendem os mais pobres, os que mais precisam.

O aumento para os servidores provocou uma discussão entre Lindbergh Farias (PT-RJ) e Ronaldo Caiado (DEM-GO). Lindbergh cobrou coerência de Caiado, que se posicionou contrário aos aumentos para "quem tem estabilidade". Caiado respondeu que em suas manifestações respeitava os colegas e acrescentou que Lindbergh "ultimamente está salivando muito e com as pupilas dilatadas". De imediato, alguns senadores protestaram contra Caiado.

Hélio José diz que aumentos concedidos a servidores são justos

Hélio José (PMDB-DF) comemorou a aprovação na terça-feira, pelo Plenário, de oito projetos que reajustam salários de servidores públicos civis e militares da União.

— Sou do time que nunca vai votar medidas que venham prejudicar trabalhadores e servidores públicos — disse, na tribuna.

Projeto impede governante de deixar reajuste de servidores para sucessor

Proposta, que afeta presidente, governadores e prefeitos, foi aprovada ontem em comissão e agora vai com urgência para o Plenário do Senado



OS GOVERNANTES PODERÃO ser proibidos de deixar para seus sucessores o aumento de despesas com funcionários públicos. É o que prevê um projeto que foi aprovado ontem pela Comissão Especial do Pacto Federativo e agora vai para o Plenário do Senado em regime de urgência.

O PLS 389/2015 — Complementar, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), faz alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal. No projeto, Ferraço enquadrando todos os atos com potencial para aumentar gastos com pagamento de ocupantes de cargo, emprego ou função pública tanto na administração direta como na indireta.

A proibição se aplica, por exemplo, à concessão de vantagens, aumentos e reajustes salariais, e a alterações de subsídios e estrutura de carreiras.

Ferraço esclarece que o projeto busca sanar uma lacuna existente na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei



Ferraço explica que seu texto preenche lacuna da Lei de Responsabilidade Fiscal

Complementar 101/2000), a fim de proibir uma “prática reiterada” de prefeitos e governadores, que fazem aumentos de despesas com pessoal com repercussão a partir dos mandatos seguintes.

“Sombra alheia”

Na discussão, o autor comparou essa prática a “fazer piquenique na sombra alheia”, acrescentando que até presidentes da República já seguem esse padrão. Como exemplo, citou a rodada de aumentos que estão sendo concedidos neste momento na esfera federal.

— Se este projeto já estivesse aprovado, nós não poderíamos estar dando aumentos como

estamos dando, para além de 2018, pois um governante não pode comprometer a estabilidade e o equilíbrio dos outros governantes — explicou.

O relator do projeto, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), afirmou que os mecanismos de vedação já existentes na Lei de Responsabilidade Fiscal são insuficientes para evitar, no caso das despesas de pessoal, atos de “irresponsabilidade especialmente para o futuro”.

Na análise, Anastasia observou que a legislação se limita a impedir que os governantes adotem atos que aumentam a despesa de pessoal nos seis meses anteriores ao final de seus mandatos, sem vedar

a previsão de aumentos que tenham início em mandatos posteriores.

Burocracia

Inicialmente, a proposta foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Depois, passou a tramitar em conjunto com outros projetos, até ser separada das demais e ser direcionada para análise exclusiva na Comissão Especial do Pacto Federativo.

Para Ferraço, essa nova comissão tem sido útil para vencer a “burocracia parlamentar” que engessa o andamento de propostas que trazem a expectativa de solução para questões importantes para o Estado. Como exemplo, citou propostas que ajudam a desatar a questão fiscal.

Ao longo dos anos, disse o autor do projeto, os governos, de forma geral, resolveram as “deformações” em suas contas aumentando a carga tributária.

— Agora a carga bateu no teto, e a sociedade não aceita mais aumento de tributos. É hora de identificarmos mecanismos que trabalhem a disciplina fiscal, não como um fetiche ou algo próprio da burocracia, mas como necessidade para fazer o Estado se justificar perante a sociedade.

Aníbal critica unificação do ICMS do querosene de avião

José Aníbal (PSDB-SP) criticou o projeto de resolução do Senado que unifica em 12% a alíquota do



Waldemir Barreto/Agência Senado

ICMS que incide sobre o querosene da aviação. Para ele, a medida será inóqua, especialmente após, em recente reunião do Confaz, ficar decidido que os estados do Norte aplicarão alíquota de 3%, para baratear passagens.

— O Parlamento tem que verificar com rigor se isso é algo que vai beneficiar a economia, gerar emprego, universalizar o serviço e reduzir tarifas ou se vai ser um favorecimento a ser apropriado por grupos econômicos.

Medeiros defende prazo para preso ser apresentado a juiz

O senador José Medeiros (PSD-MT) defendeu a aprovação de projeto que estabelece o prazo de



Waldemir Barreto/Agência Senado

24 horas para a apresentação do preso ao juiz após sua prisão em flagrante. Trata-se da audiência de custódia, mecanismo que adapta a legislação brasileira ao estabelecido em tratados internacionais de direitos humanos, explicou. O senador lembrou que o Conselho Nacional de Justiça editou uma resolução adotando o instrumento. Medeiros, no entanto, afirmou que só a aprovação de uma lei garantirá a adoção da audiência de custódia em todas as comarcas.

União pode ficar proibida de congelar pagamento a estado e município



Recursos que a União deve a estados e municípios a título de ressarcimento não poderão mais ser contingenciados pelo governo federal, estabelece um projeto de lei que foi aprovado ontem pela Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo.

O PLS 399/2015 — Complementar, de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), agora vai para o Plenário do Senado, com pedido de urgência.

Valadares explica que o projeto nasceu de uma sugestão da Coordenação de Organização Administrativa e Serviços Públicos, que faz parte da Comissão do Pacto Federativo.

Segundo ele, o objetivo é conter a “prática contumaz” da União de contingenciar recursos que originalmente pertencem aos demais entes federativos.

“A atual legislação não veda expressamente essa conduta, fazendo com que a União não repasse a maior parte dos

recursos a que os estados e os municípios têm direito a título de ressarcimento. Essa prática lesa enormemente a autonomia dos entes federados e, conseqüentemente, desestabiliza o pacto federativo”, ressalta Valadares no projeto de lei.

Na prática orçamentária, o contingenciamento significa retardar ou deixar de executar parte da programação de despesas previstas. O governo emite um decreto para limitar os gastos autorizados pela lei orçamentária, decisão

que recai sobre as despesas classificadas como não obrigatórias, diante da expectativa de insuficiência das receitas.

Lei Kandir

O relator do projeto na comissão, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), em sua análise pela aprovação, destacou que a medida permitirá uma “maior harmonia no pacto federativo”, pois uma grande fonte de conflito entre a União e os estados e municípios — a “prática espúria” de retenção de recursos — será

finalmente eliminada.

Anastasia, que é autor do pedido de urgência para a votação do projeto, citou como caso típico a retenção de recursos da Lei Kandir, que são inseridos no Orçamento da União para compensar estados e municípios por desonerações de tributos sobre exportações, com efeitos sobre receitas que são compartilhadas com os demais entes.

No debate, ele disse que Minas Gerais é o estado que tem maior parcela de ressarcimento por essa lei.

— Tem sempre que haver demandas para liberar [esse dinheiro], processo que acaba sendo político e indevido, na medida em que se trata de recursos que, por direito, pertencem a estados e municípios — disse.

Pedro Chaves (PSC-MS) disse que Mato Grosso do Sul enfrenta as mesmas dificuldades em relação aos recursos da Lei Kandir. A seu ver, apenas a iniciativa de encaminhar o projeto que proíbe contingenciar esses recursos já justifica a existência da Comissão Especial do Pacto Federativo.



Para Valadares, autor do projeto, contingenciamento prejudica pacto federativo

Projeto unifica as regras de gestão, o poder e o controle social das agências reguladoras, exige a prestação anual de contas ao Congresso e a celebração de contratos de gestão

Adiada discussão sobre Lei Geral das Agências

AGENDA BRASIL

FICOU PARA AGOSTO a discussão do projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional. O projeto unifica as regras sobre gestão, poder e controle social das agências. Senadores solicitaram vista coletiva do projeto, modificado pela relatora, Simone Tebet (PMDB-MS).

O PLS 52/2013, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), faz parte da Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para incentivar a retomada do crescimento econômico do país. A proposta já havia sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na forma de um substitutivo do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA).

Criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos praticados pela iniciativa privada, as agências reguladoras, além de controlar a qualidade



Presidente da comissão, Otto Alencar, e a relatora, Simone Tebet, que fez diversas modificações no texto original

na prestação do serviço, estabelecem regras para o setor.

— O grande objetivo do projeto é unificar em um único ordenamento jurídico as disciplinas, as regras gerais sobre gestão, o poder e o controle social das agências reguladoras. Esse é o primeiro ponto, ter um regime jurídico comum para todas as agências — explicou a relatora.

O projeto exige a apresen-

tação anual de prestação de contas ao Congresso e a celebração de contratos de gestão, que devem conter metas, mecanismos, fontes de custeio e resultados das ações regulatórias e fiscalizatórias.

Competências

Uma das principais mudanças do relatório apresentado ontem pela relatora é a divisão de competências entre os

ministérios e as agências. O texto de Simone Tebet (PMDB-MS) retira alterações das leis específicas de cada uma das agências reguladoras. Essas alterações, segundo a relatora, deslocariam as principais competências para os ministérios supervisores, como é o caso de celebração dos contratos de concessão e aplicação de sanções mais graves.

— Esse é um dos poucos

pontos em que é inviável uma orientação geral predefinida em favor da concentração de competências, seja na agência reguladora, seja no ministério supervisor. As competências específicas das autoridades de cada setor devem ser examinadas de modo individualizado, o que é inviável em um projeto de lei geral — afirmou Simone.

A relatora fez várias outras mudanças, como o aumento de quatro para cinco anos no mandato dos dirigentes das agências. No texto de Walter Pinheiro, havia a possibilidade de recondução, que foi retirada pela senadora.

Por causa das mudanças, Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu a realização de uma audiência pública antes da votação. Depois, por sugestão de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), foi concedida vista coletiva do texto, que deve voltar a ser analisado em agosto.

Kátia Abreu (PMDB-TO) fez um apelo para que a comissão defina procedimentos gerais para a análise dos projetos.

Governo assegura que trechos da BR-364 serão duplicados

Estudo que vai embasar a concessão da BR-364 está sendo feito pela Construtora Sanches Tripoloni e prevê a duplicação escalonada, com prioridade para os trechos mais movimentados e travessias urbanas, informaram ontem representantes do governo durante audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura (CI). A rodovia é uma importante rota de escoamento da produção agrícola da Região Centro-Oeste.

O estudo será submetido à

Agência Nacional de Transportes Terrestres, que poderá sugerir a inclusão de novos trechos. Mas a duplicação total da rodovia está praticamente descartada, pois elevaria o valor do pedágio, conforme o secretário de Gestão de Programas do Ministério dos Transportes, Luciano Castro:

O processo de concessão da BR-364, no trecho entre os municípios de Comodoro (MT) e Porto Velho (RO), deverá ser concluído até o fim de 2017. As obras de duplicação devem

ser iniciadas em 2018. A audiência foi requerida por Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele teme que o modelo de concessão preveja apenas restauração da rodovia. Mas o governo garantiu que alguns trechos serão duplicados.

O presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), assegurou que a comissão vai acompanhar de perto o andamento do processo de concessão e fará novos debates para garantir que as obras de duplicação saiam do papel.



Presidente da comissão, Garibaldi Alves (C): comissão vai monitorar concessão

Lei do Farol Baixo ajudará a reduzir acidentes, diz Medeiros

José Medeiros (PSD-MT) disse que a Lei do Farol Baixo, que obriga os motoristas a usar o equipamento durante o dia, contribuirá para reduzir os acidentes de trânsito.

A norma, oriunda de projeto da Câmara (PLC 156/2015) relatado por Medeiros no Senado, entrou em vigência em 30 de junho. O senador ressaltou que 50 mil pessoas morrem por ano no Brasil em decorrência de acidentes de trânsito e colisões frontais.

— Os psicólogos e neurologistas são unânimes em dizer que o campo periférico de visão fica aguçado com a luminosidade. O certo é que a lei está aí e não tenho dúvida que deixará um legado e um trânsito melhor — disse.

Ana Amélia: texto sobre abuso de autoridade precisa de mais debate

Ana Amélia (PP-RS) considerou “sábida e oportuna” a decisão de adiar a análise do projeto sobre abuso de autoridade. A intenção de Romero Jucá (PMDB-RR), relator, era votar o texto amanhã na comissão que o analisa para que, em seguida, pudesse ir a Plenário. Apelos por mais debate fizeram com que a reunião ficasse para 16 de agosto.

Ana Amélia demonstrou preocupação com a possibilidade de que o projeto prejudique a segurança pública ao inibir os agentes de segurança.

— Uma matéria dessa precisa do envolvimento dos agentes que dela fazem parte.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Bauer, legalização de jogos de azar vai ampliar arrecadação

Paulo Bauer (PSDB-SC) disse ser contrário à criação de impostos para fazer o ajuste fiscal. No lugar disso, sugeriu a legalização dos jogos de azar. Ele disse que, para impedir que a criminalidade esteja associada ao jogo, basta definir os locais e como explorar a atividade e obrigar que as apostas sejam feitas por cheque nominal ou cartão de crédito ou de débito.

— Nesse caso, não tem dinheiro sujo correndo, porque o dinheiro fica marcado. E se tivermos condição de cobrar 30%, 40% de imposto de quem tem dinheiro para jogar, vamos ter dinheiro para a saúde.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa questiona renegociação das dívidas estaduais

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a renegociação da dívida dos estados com a União prejudica o Norte e o Nordeste e favorece apenas as unidades mais ricas da Federação.

Ela defendeu alterações na renegociação da dívida e citou carta encaminhada a Temer na qual 14 governadores do Norte e Nordeste cobram tratamento igualitário e o ressarcimento de perdas de repasses. Pela proposta apresentada pelo governo, disse, a União abdicará da arrecadação de R\$ 50 bilhões, o que indica redução futura no repasse de recursos aos estados mais pobres.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Amorim cobra do governo medidas de recuperação econômica

Eduardo Amorim (PSC-SE) cobrou uma definição do presidente Michel Temer das medidas que pretende adotar para promover a recuperação econômica do país.

Amorim disse que pesquisa do Ibope mostra que a população está insatisfeita com o atual nível de gasto público e que 73% dos entrevistados são contra a recriação da CPMF.

O senador destacou o início de recuperação econômica liderado, disse, pelo agronegócio e pelo setor exportador. Para ele, este é o momento ideal para Temer anunciar as reformas que pretende fazer.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Edison Rodrigues/Agência Senado



Edison Lobão (D), presidente da CAS, coordena reunião que também aprovou audiência com ministro do Trabalho

Avança regulamentação para corretor de seguros

Comissão também aprovou ontem regras para o exercício da profissão de corretor de modas. Os dois projetos seguem para o Plenário

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem duas propostas ligadas a legislações profissionais. A primeira (PLC 155/2015) atualiza a lei de regulamentação da profissão de corretor de seguros. Já o PLC 200/2015 regulamenta a profissão de corretor de moda. Os projetos seguem para o Plenário.

O PLC 155 detalha o papel do corretor: intermediar o contrato entre o consumidor e a seguradora, indicando a seguradora e a modalidade de seguro que melhor atendam as necessidades do consumidor. Também veda a participação nos resultados financeiros da empresa, para garantir a isenção do corretor na indicação.

O projeto proíbe ainda que se atribua ao corretor os custos administrativos da operação por ele intermediada, medida que, na opinião do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é justa e protege o trabalhador. E faz atualizações e revogações aos dispositivos da lei, que é antiga, da década de 1960. A proposta é do deputado Giovanni Cherini (sem partido-RS).

Mudanças

Flexa propôs a retirada de alguns dispositivos do texto vindo da Câmara. No projeto original, em casos de

cancelamento da apólice ou de devolução do prêmio, a comissão paga ou adiantada pela seguradora ao corretor de seguros deveria ser restituída, item que foi excluído pelo senador. Segundo ele, o corretor concluiu com sucesso a intermediação, e o risco faz parte da atividade da seguradora, que deve assumi-lo, em vez de transferi-lo ao trabalhador. Há jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho com relação ao assunto, lembrou.

O senador também rejeitou os artigos que proíbem o exercício da profissão a quem não pagar a contribuição sindical obrigatória. Segundo o relator, a medida é inconstitucional, pois a Carta Magna assegura a liberdade de exercício profissional. Também retirou o dispositivo para disciplinar o registro profissional do corretor de seguros. Para Flexa, as normas sobre o assunto já foram minuciosamente sistematizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Moda

Também foi aprovada a proposta que regulamenta a profissão de corretor de moda. Pelo texto, o corretor de moda deverá cumprir dois requisitos para exercer a profissão: ter o ensino médio completo e ser formado em curso de formação de corretor de moda. Mas o texto também garante o exercício da profissão aos que estiverem no mercado um ano antes da publicação da lei. O projeto, a pedido de

Lúcia Vânia (PSB-GO), segue para o Plenário com urgência.

Segundo a relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), “o corretor de moda trabalha com a relação de compra entre lojistas e consumidores e revendedores do setor de confecções, acessórios, calçados e bolsas”. Ela acrescenta que o corretor de moda tem a missão de afiançar a qualidade dos produtos em oferta e facilitar eventuais trocas ou recompras.

Lúcia Vânia comemorou a aprovação do texto, que, a seu ver, beneficia Goiás, polo produtor de moda. Ela salientou que o mercado da moda tem crescido na última década, com o aumento de empresas e profissionais ligados à área.

— Nada melhor que a atividade seja regulamentada e reconhecida. Isso vai propiciar e sedimentar as confecções que cada vez mais querem se profissionalizar — disse.

Audiência

A CAS aprovou, nos últimos anos, várias propostas de regulamentação profissional que têm sido vetadas pela Presidência da República. Marta propôs que essas análises sejam suspensas na comissão, já que estão criando expectativas frustradas nos profissionais.

Além disso, ela propôs uma audiência com ministro do Trabalho para que se encontre um caminho que não leve ao veto. Paulo Paim (PT-RS) sugeriu que a audiência seja conjunta com a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Agentes de saúde devem ganhar benefícios sociais

Agentes de saúde podem ganhar uma série de novos benefícios sociais e trabalhistas, como ajuda de custo para fazer cursos na área, adicional de insalubridade e prioridade de atendimento no Minha Casa, Minha Vida, como prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLC 210/2015 segue com urgência para o Plenário.

— É um reconhecimento a quem faz a saúde preventiva, vai de casa em casa fazendo o atendimento inicial às pessoas e detectando, no início, doenças que, se não forem identificadas logo, podem se agravar e levar a óbito, como o diabetes — disse o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que também propôs a urgência.

Segundo o texto, os agentes comunitários de saúde

e os agentes de combate às endemias, bem como suas famílias, passarão a figurar na lista com atendimento prioritário no programa habitacional do governo federal.

Os agentes também terão o tempo de serviço na função contabilizado para todos os fins previdenciários, tanto aposentadoria quanto benefícios. Pela legislação atual, esses profissionais são concursados e sua atividade segue a CLT, mas ainda não há especificações quanto ao seu reconhecimento pela Previdência Social.

Outros benefícios incluídos pelo projeto são o direito a adicional de insalubridade e ajuda de custo para transporte quando participarem de cursos técnicos ou de capacitação profissional.

Paim faz balanço positivo de atividades de comissão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS) destacou a aprovação, no primeiro semestre, de 16 projetos tratando de temas voltados ao combate ao racismo ou às pessoas com deficiência.

Paim citou como exemplo a aprovação do PLS 80/2016, que coíbe manifestações de preconceito pela internet.

Sobre inclusão de deficientes, citou a aprovação do PLS 52/2016, que torna obrigatória a oferta, pelo poder público, de serviços de tradução da linguagem brasileira de sinais (Libras) nas unidades de atendimento aos cidadãos que concentrem balcões de diferentes serviços públicos. Também foi aprovada uma emenda da Câmara ao PLS 6/2015 obrigando as teles a oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.

Paim ainda lembrou a organização, pela comis-

são, de 19 eventos tratando de temas como reforma da Previdência Social, trabalho escravo e terceirização, além do seminário sobre o primeiro ano de vigência da Lei Brasileira de Inclusão.

A CDH também aprovou ontem oito requerimentos para debates e diligências a partir de agosto.

Senador destaca 52 audiências públicas e 112 projetos aprovados

Paulo Paim destacou, em Plenário, as atividades da CDH no primeiro semestre.

Foram 100 reuniões, 52 das quais audiências públicas, 15 sessões deliberativas, em que foram votadas 112 propostas, e 20 reuniões de trabalho, informou ele. Paim também destacou diligências nos estados:

— Este ano temos ido aos 27 estados, fazendo amplo debate sobre a situação dos trabalhadores no campo e nas cidades — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Desvinculação de receitas pode ser ampliada

Segue para votação em Plenário proposta que cria mecanismo para estados e municípios e o prorroga até o final de 2023 para a União

A DESVINCULAÇÃO DE Receitas da União (DRU) — que dá ao governo liberdade para realocar 30% das receitas obtidas com taxas e contribuições de aplicação específica — poderá ser estendida a estados e municípios e prorrogada até 31 de dezembro de 2023. É o que prevê o relatório de José Maranhão (PMDB-PB) à Proposta de Emenda à Constituição 31/2016, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto será agora submetido a dois turnos de votação no Plenário do Senado.

A DRU foi criada em 1994, como Fundo Social de Emergência, e vigorou até 31 de dezembro de 2015. Em 8 de julho do ano passado, o Executivo propôs a prorrogação pela PEC 87/2015, anexada à PEC 4/2015, do deputado André Figueiredo (PDT-CE). Quando chegou ao Senado, essa PEC recebeu o número 31/2016. Se for aprovada, a prorrogação da DRU terá efeito retroativo a 1º de janeiro de 2016.

Se o mecanismo for defini-



José Maranhão preside reunião da Comissão de Constituição e Justiça que prorrogou a DRU até 31 de dezembro de 2023

tivamente aprovado, recursos com destino específico (ou seja, “carimbados”) serão liberados para ajudar o governo a cumprir a meta de resultado primário. E, pela primeira vez ajudará estados, Distrito Federal e municípios a fecharem suas contas. Nesses casos, a desvinculação abrangerá a receita de todos os impostos, taxas e multas estaduais e municipais.

José Maranhão afirma que, na União, a desvinculação das contribuições sociais deverá

liberar R\$ 110,9 bilhões; e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), R\$ 4,6 bilhões; e a das taxas, R\$ 2,2 bilhões, no exercício de 2016.

No total, R\$ 117,7 bilhões poderiam ser usados em 2016 para o cumprimento da meta de resultado primário e para a redução da dívida pública, apenas no âmbito da União.

São excluídos da DRU recursos destinados à saúde e ao ensino, as contribuições previdenciárias e as transferências

obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei. Ficam igualmente livres da desvinculação fundos do Judiciário, dos tribunais de Contas e do Ministério Público, entre outros órgãos assemelhados.

Impactos

Maranhão explica, em seu relatório, que a desvinculação de receitas não interferirá no cálculo do mínimo constitucional a ser aplicado na saúde e na manutenção e

desenvolvimento do ensino. O texto enviado pela Câmara dos Deputados deixa claro que a desvinculação das contribuições sociais não poderá prejudicar o Regime Geral da Previdência Social, que paga os benefícios previdenciários.

A PEC altera o artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Críticas

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou voto em separado pela rejeição da PEC, recusado pela comissão. Gleisi Hoffmann (PT-PR) propôs em requerimento, também rejeitado, a realização de audiência pública na CCJ antes da votação da proposta.

Lindbergh Farias (PT-RJ) fez críticas à PEC, por considerá-la capaz de retirar recursos da área social, em prejuízo dos mais pobres. Ele observou também que a proposta introduz uma novidade, a desvinculação de receitas de estados e municípios, que precisa ser mais bem analisada.

Para o senador, há “muita confusão” sobre o real impacto nos estados e municípios, sobretudo quanto à possível redução de recursos para instituições de ensino custeadas por esses dois níveis da Federação.

Aprovada punição maior para furto de gado e venda irregular de carne

O furto e a receptação de animais de bando, como bovinos, suínos e caprinos, serão punidos com mais rigor. O Senado aprovou ontem à noite projeto que cria uma previsão específica no Código Penal e estabelece pena mais dura para esse tipo de crime do que a prevista para outros tipos de furto. A proposta (PLC 128/2015), que já havia sido aprovada pela manhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segue agora para sanção presidencial.

De autoria do deputado Afonso Hamm (PP-RS), o texto determina pena de dois a cinco anos de reclusão para quem furtar esses animais, ainda que abatidos ou divididos em partes. Também enquadra

como crime a comercialização, o armazenamento, a exposição para venda e a entrega de carne ou outros alimentos sem origem controlada.

Os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), José Pimentel (PT-CE) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) elogiaram o projeto. O relator, senador Aécio Neves (PSDB-MG), destacou a importância da proposta. Ele alertou sobre os problemas de saúde pública gerados pelo comércio clandestino de carne e outros alimentos e observou que o furto de gado é o crime contra a propriedade mais praticado no interior do país.

— É uma questão tanto criminal quanto de saúde pública — declarou Aécio.

Imposto sobre doações será votado em agosto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu adiar para agosto a votação de proposta de emenda à Constituição que permite à União cobrar um imposto adicional sobre grandes heranças e doações. O adiamento da votação da PEC 96/2015 — que abre a possibilidade de taxaço extra de até 27,5% na transmissão de grandes fortunas — foi solicitado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O relator, Roberto Rocha (PSB-MA), admitiu descontentamento com a criação de mais um tributo. Mas disse assimilar a medida por ela se restringir a valores elevados (ainda em debate, mas provavelmente acima de R\$ 3 milhões).

— Já há o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação [ITCMD], que é cobrado pelos estados. A ideia é fazer um adicional só sobre heranças e doações, a ser cobrado pela União, com isenção até determinado valor e faixas crescentes de taxaço até a alíquota máxima de 27,5%, que é a do Imposto de Renda da Pessoa Física — explicou.

Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou que os 71 mil brasileiros mais ricos só pagam 6%

dos rendimentos de Imposto de Renda, pois têm isenção de tributo sobre a distribuição de lucros e dividendos.

— A taxaço máxima de herança hoje é de 8%. Então, o projeto de Bezerra é extremamente meritório. Estamos em discussão sobre o ajuste fiscal do país e a conta continua sendo paga pelos mais pobres, com a retirada de direitos.

Voto em separado

Já Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou voto em separado pela rejeição da PEC.

— Se há algum aumento da

carga tributária sobre heranças e doações, esse aumento deve ser aproveitado pelos estados, e não pela União. Estamos enfrentando, nos últimos tempos, um avanço arrecadatório inimaginável dos cofres federais sobre a riqueza dos cidadãos e das empresas, sem que o produto gerado tenha sido repartido com estados e municípios — declarou.

Depois de passar pela CCJ, a PEC 96/2015 ainda precisará passar por dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.



Aécio, relator, destacou o problema de saúde causado por carne clandestina



Aloysio Nunes solicitou o adiamento da votação da proposta em comissão

Governo vai retirar CPMF, diz relator da LDO

Revisão da estimativa de receita para 2017 será feita pelo Ministério do Planejamento. Relatório final pode ser votado hoje em comissão e análise do Congresso será em 2 de agosto

O PROJETO DA Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser revisto pelo Ministério do Planejamento para retirar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) da previsão de receitas para 2017. A informação foi transmitida ontem pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), relator do projeto da LDO para o próximo ano. Com essa mudança, a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) acabou cancelada e, segundo Wellington, nova tentativa de votação do seu relatório final deverá ser feita hoje, às 10h, em reunião extraordinária.

O relator explicou que “não existe clima” para a recriação do imposto no Congresso.

— A inclusão da CPMF se deu pelo governo anterior. Pedimos ao ministro do Planejamento que apresentasse um novo anexo com a retirada. Pelas consultas que fizemos, hoje não existe clima para a aprovação neste ano. É inadequado — disse o senador.

A CPMF consta do Anexo 4 do projeto da LDO (PLN 2/2016), que trata das metas fiscais. O texto do Executivo projetou uma arrecadação de

R\$ 33,2 bilhões com a recriação do imposto que incide sobre a movimentação financeira. No entanto, a proposta que estabelece a nova CPMF (PEC 140/2015) ainda está parada na Câmara dos Deputados e tem a oposição declarada de muitos parlamentares.

Além disso, Wellington destacou que um dispositivo da LDO proíbe que sejam incluídos na lei orçamentária quaisquer novos impostos que não sejam aprovados pelo Congresso no ano anterior à vigência do Orçamento. De acordo com essa diretriz, a CPMF não poderia ser incluída no Orçamento de 2017 se não passasse pelas duas Casas do Legislativo antes do fim de 2016. E a chance para que isso aconteça é pequena.

Com base nessa previsão, o senador solicitou ao ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que encaminhasse uma revisão do Anexo 4, excluindo a CPMF. Segundo ele, o ministro já manifestou concordância.

Votação

O projeto da LDO seria votado ontem pela Comissão Mista de Orçamento, mas a reunião



Wellington diz que não há clima para recriar CPMF este ano e quer relatório realista para lei que dá regras ao Orçamento

acabou cancelada. Wellington Fagundes lamentou o fato.

— Queremos fazer um Orçamento realista e aprovar a LDO é uma sinalização para o mercado que estamos fazendo algo com planejamento. Infelizmente não pudemos votar. Ainda veremos se é possível haver quorum amanhã [hoje]. Há interesse de todos nós —

disse o relator.

A Constituição determina que o Congresso só entre em recesso após a votação da LDO. Mesmo que a CMO consiga votar o relatório hoje, se houver quorum e com os ajustes, o Congresso só será convocado em 2 de agosto para retomar as votações, entre elas, a da LDO 2017,

como anunciou ontem à noite em Plenário o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O recesso parlamentar deveria ter início no dia 18 deste mês. A LDO é necessária para definir as regras para a elaboração do Orçamento de 2017, cuja proposta deve ser enviada pelo Executivo até 31 de agosto.

Ângela Portela critica série de propostas da gestão Temer

Ângela Portela (PT-RR) criticou ontem propostas do governo interino de Michel Temer que ela



considera contrárias ao interesse da população. Ela disse que, além da proposta de emenda à Constituição que limita o aumento de gastos do poder público ao índice de inflação do ano anterior, o governo defende a reforma da Previdência, com a possibilidade de

a idade mínima passar para 70 anos, num país em que a expectativa de vida é de 73 anos.

A senadora citou ainda a proposta que dá prevalência ao negociado com os patrões sobre a legislação trabalhista.

— Um ambiente como esse é perfeito para propostas absurdas, como a do presidente da CNI, que defendeu uma carga de 80 horas semanais.

— Quem está pagando a conta? São só os pobres. Cadê a contribuição dos mais ricos? Esse governo tem dificuldade no meio do povo, mas faz

tempo que não se vê uma unidade tão grande das elites em torno de um projeto. Para o senador,

a pauta representa a “restauração do neoliberalismo”. Lindbergh disse entender que o processo de impeachment contra Dilma Rousseff, que ele descreve como um “golpe”, teve a intenção de contornar a “via democrática” para implementar essas iniciativas.

Para Lindbergh Farias, governo “desmonta o bem-estar social”

Lindbergh Farias (PT-RJ), líder da Minoria no Senado, acusou o governo Temer de fazer um ajuste fiscal que sacrifica direitos sociais e trabalhistas e de “desmontar” a rede de bem-estar social do Estado brasileiro.

— Quem está pagando a conta? São só os pobres. Cadê a contribuição dos mais ricos? Esse governo tem dificuldade no meio do povo, mas faz



tempo que não se vê uma unidade tão grande das elites em torno de um projeto. Para o senador,

a pauta representa a “restauração do neoliberalismo”. Lindbergh disse entender que o processo de impeachment contra Dilma Rousseff, que ele descreve como um “golpe”, teve a intenção de contornar a “via democrática” para implementar essas iniciativas.

Escola sem Partido acaba com liberdade de ensino, avalia Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou os projetos em exame na Câmara e no Senado que defendem a



chamada Escola Sem Partido, movimento que, segundo ela, tem vinculação com uma economia ultraliberal e é conservador com relação aos direitos humanos.

Para a senadora, o movimento impede o exercício do livre pensamento e da liberdade

de ensino prevista na Constituição. Questões de gênero e raça e a promoção de debates se tornariam tabus, disse.

A senadora acrescentou que educadores, como Leandro Karnal e Renato Janine Ribeiro, e juristas, como Nina Beatriz Ranieri, Daniel Sarmento e Pedro Estevam Serrano, acusam o projeto de inconstitucional.

de ensino prevista na Constituição. Questões de gênero e raça e a promoção de debates se tornariam tabus, disse.

A senadora acrescentou que educadores, como Leandro Karnal e Renato Janine Ribeiro, e juristas, como Nina Beatriz Ranieri, Daniel Sarmento e Pedro Estevam Serrano, acusam o projeto de inconstitucional.

Dário defende regularização fundiária nas periferias urbanas

Dário Berger (PMDB-SC) afirmou ontem que o Brasil precisa priorizar a regularização fundiária, principalmente em comunidades às margens dos centros urbanos.



Para ele, só com a titularidade definida o poder público poderá promover avanços sociais nessas localidades.

O senador disse que existem milhões de brasileiros que vivem em

locais sem um mínimo de serviços públicos, como saneamento básico e iluminação. — O Brasil precisa fazer um esforço para alterar esse cenário, uma vez que milhões e milhões de brasileiros, espalhados por todas as cidades, enfrentam esse tipo de problema. Um cidadão sem endereço não tem autoestima, está marginalizado.

Lasier comemora recursos para ponte sobre o Rio Guaíba

Lasier Martins (PDT-RS) comemorou o anúncio da liberação, pelo governo federal, de R\$ 100 milhões



para retomar as obras da ponte sobre o Rio Guaíba, importante para a economia gaúcha, do Brasil e do Mercosul, ligando o norte ao sul do estado, afirmou.

O senador acrescentou que 36% da ponte já está concluída, tendo sido investidos R\$ 266 milhões.

— Essa travessia do Guaíba é mais do que um símbolo para Porto Alegre. É o caminho por onde transita a economia gaúcha e, por que não dizer, a brasileira, que se dirige para o Mercosul, e é por onde se chega ao Uruguai, à Argentina, ao Porto de Rio Grande, ao porto seco em Uruguaiana. É nossa integração com parte do Mercosul.

Plano Nacional de Educação não é cumprido, lamenta Pedro Chaves

Pedro Chaves (PSC-MS) lamentou que, passados dois anos da entrada em vigor, o Plano Nacional



de Educação (PNE) não tenha saído do papel. Ele ressaltou que o PNE definiu 21 metas para serem atingidas até 2024 e lamentou que as principais não estão sendo cumpridas, citando dados que mostram o atraso.

— Cada estatística representa a vida de milhões de brasileiros que precisam da educação para competir no mercado de trabalho. Representa a esperança de melhoria na qualidade de vida das próximas gerações.

O senador também criticou a falta de regulamentação, pelos governos federal, estaduais e municipais, do Sistema Nacional de Educação, que regula a articulação entre os entes federativos.